

TERMO DE REFERÊNCIA

(Lei nº 14.133/2021)

1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada, compreendendo o fornecimento de mão de obra e de todos os materiais necessários, para a execução dos serviços de raspagem, calafetação e aplicação de verniz no piso das salas 2.029, 2.027 (e respectivo anexo) e 2.025, localizadas no 20º andar do Fórum Dr. João Mendes Jr.

2. DEFINIÇÃO DO OBJETO (alínea “a”, inc. XXIII, art. 6º da Lei 14.133/2021)**2.1. Natureza do Objeto**

A natureza do objeto a ser contratado é a remoção do verniz e cera existentes no piso das salas nºs 2.025, 2.027 (e respectivo anexo) e 2.029, localizadas no 20º andar do Fórum Dr. João Mendes Jr., utilizando o sistema de raspagem com máquina própria e remoção de calafetação existente.

Aplicação de nova calafetação, utilizando massa de poliuretano (PU), bem como aplicação de duas demãos de resina do tipo fosca, apropriada para alto tráfego.

Fornecimento e instalação de todos os materiais necessários à plena execução dos serviços. A exceção é feita aos tacos que possivelmente possam ser substituídos por danos existentes, na qual o fornecimento será por meio da Administração predial.

2.2. Quantitativo

Quantidade de piso a ser revitalizado 347,00 m², sendo 210 m² referente a sala 2.029, 39 m² da 2.027 59 m² de seu anexo e 39 m² relativa a sala 2.025.

SALA	M ²
2029	210 m ²
2027 e anexo	39 m ² e 59 m ²
2025	39 m ²

3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (alínea “b”, inc. XXIII, art. 6º da Lei 14.133/2021)

3.1. As salas n.º 2.029, 2.027 (e respectivo anexo) e 2.025, localizadas no 20º andar do Fórum João Mendes Jr., nas quais deverão ser executados os serviços de reforma do piso, integram a Corregedoria Geral da Justiça, unidade que abriga os Juízes Assessores e é responsável por fiscalizar, orientar e corrigir as atividades dos serviços judiciários de primeira instância, com vistas à eficiência, regularidade e boa conduta de juízes e servidores, bem como por receber denúncias, instaurar processos disciplinares e estabelecer normas de serviço, garantindo uma prestação jurisdicional de qualidade e em conformidade com a legislação.

3.2. A pedido dos Juízes Assessores será realizada a retirada do carpete existente, o qual se encontra desgastado pelo tempo e uso e, segundo eles, tem contribuído para o agravamento de quadros alérgicos, tornando o ambiente insalubre.

3.3. Desse modo, com a retirada do carpete, torna-se imprescindível a recuperação do piso, em razão da existência de substâncias aderentes e fixadores metálicos, o que garantirá a adequada conservação e, principalmente, a salubridade do ambiente.

3.4. Importante destacar que a retirada do carpete existente será realizada será realizado por meio do contrato 258/2023.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO (alínea “c”, inc. XXIII, art. 6º da Lei 14.133/2021)

4.1 Remoção do verniz e cera existentes no piso das salas, utilizando sistema de raspagem com máquina própria, remoção de calafetação existente.

4.2 Aplicação de nova calafetação utilizando massa PU e aplicação de duas demãos de resina tipo fosco para alto tráfego.

4.3 Fornecimento e instalação de todo material necessário para a realização dos trabalhos. A exceção é feita aos tacos que possivelmente possam ser substituídos por danos existentes, na qual o fornecimento será por meio da Administração predial.

5 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (alínea “d”, inc. XXIII, art. 6º da Lei 14.133/2021)

5.1. Sustentabilidade

Este Termo de Referência enfatiza a importância de práticas sustentáveis, conforme a Lei nº 14.133/2021, art. 11, IX. Os produtos a serem usados devem atender a critérios de:

5.1.1 Impacto Ambiental Reduzido: Produtos em resina a base de água, com certificados ambientais, sem cheiro e atóxico. **Não sendo admitido o “sinteco”** que é uma resina à base de ureia e formol, trazendo assim um forte cheiro, bem como impossibilitando o acesso de pessoas por mais de 72 horas.

5.1.2. Certificações Ambientais: Produtos com certificações reconhecidas que asseguram práticas sustentáveis em sua produção e ciclo de vida.

5.2. Especificação quanto ao prazo da Garantia

5.2.1. A garantia será prestada nos termos estabelecidos no Código de Defesa do Consumidor - Lei 8.078/1990, com início a partir da data do recebimento definitivo do serviço (atesto da nota fiscal).

5.3. Subcontratação (§2º, art. 122 da Lei nº 14.133/2021)

5.3.1. A contratação será realizada diretamente entre o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e o prestador de serviços selecionado, cabendo a este a integral responsabilidade pela execução dos serviços e pelo fornecimento de todos os materiais necessários à sua realização, bem como por quaisquer ônus decorrentes de eventual subcontratação de funcionários, pessoas físicas, e/ou de outras empresas, pessoas jurídicas, para a execução da empreitada.

5.4. Vistoria Prévia (§§ 2º, 3º e 4º, art. 63 da Lei 14.133/2021)

5.4.1. As empresas interessadas poderão, facultativamente, realizar vistoria prévia, com a finalidade de tomar conhecimento do local e das condições para a execução dos serviços. Para tanto, serão necessário comunicação e agendamento prévio junto à Administração do prédio do Fórum João Mendes Júnior.

6. LOCAIS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

UNIDADE	Fórum Dr. João Mendes Jr.
ENDEREÇO	Praça Dr. João Mendes, S/Nº
SALAS	2.029, 2.027 (e anexo) e 2.025 (todas no 20º andar)
CONTATO/EMAIL	JOSÉ EDUARDO NOGUEIRA joseeduardonogueira@tjsp.jus.br
TELEFONES DA ADMINISTRAÇÃO	(11) 3538-9293 / 3538-9290 / 3538-9265

7. PRAZO DE INÍCIO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS/FORNECIMENTO

7.1. O prazo para execução dos serviços, objeto desta contratação, será de até 30 (trinta) dias contados a partir da data de emissão de Ordem de Início dos Serviços a ser emitida pelo Contratante.

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (alínea “e”, inc. XXIII, art. 6º da Lei 14.133/2021)

8.1 A empresa contratada deverá cumprir com as características técnicas com referência à resina a ser aplicada:

8.1.1. Aplicação: Desenvolvido para áreas comerciais de alto tráfego;

8.1.2. Bi-componente à base de água;

8.1.3. Acabamento: fosco

8.1.4. Atendimento às normas: Em conformidade com a norma DIN 18032 e BS 7044:1990 para resistência antiderrapante e com ONORM C 2354 CATEGORIA C (resistência muito alta)

8.1.5. Referência: Fabricação Bona Traffic

8.2. OBSERVAÇÕES:

8.2.1. A referência de marca e fabricante, trata-se somente de parâmetro para identificar o padrão desejado por esta Administração.

8.2.2. Ademais, caso o material apresentado pela contratada esteja em desacordo com as indicações da especificação ou não atenda ao padrão esperado, a empresa deverá imediatamente, promover a regularização, apresentando substituição compatível com o Termo de Referência.

9. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (alínea “f”, inc. XXIII, art. 6º da Lei 14.133/2021)

9.1. Área administrativa e/ou técnicas (Provimento CSM nº 2.724/2023)

A gestão e fiscalização serão exercidas no interesse exclusivo do Contratante, e, nos termos do Capítulo IX, do Provimento CSM nº 2.724/2023, não suprimindo a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros por quaisquer irregularidades, nos termos do art. 120 da Lei nº 14.133/2021 e atuarão na gestão e na fiscalização da prestação do serviço, pelos servidores indicados pela Secretaria responsável, bem como seus suplentes, conforme designação da Egrégia Presidência do Tribunal de Justiça.

Fórum Dr. João Mendes Jr.

Gestor de Planejamento: José Eduardo Nogueira

Equipe de Planejamento: Marisa Mika Takahashi

Wagner Tadeu do Amaral Júnior

9.2. Protocolo de comunicação (Provimento CSM nº 2.724/2023)

O protocolo de comunicação entre o contratante e contratada adotado será por meio eletrônico, por meio do email joseeduardonogueira@tjsp.jus.br e admjoaomendes@tjsp.jus.br, preferencialmente, observados os prazos estabelecidos no art. 130 do Provimento CSM nº 2.724/2023.

9.3. Recebimento Provisório

Não se aplica.

9.4. Recebimento Definitivo

O recebimento definitivo será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias corridos, contados da finalização dos serviços.

9.5. Condições de pagamento

O pagamento será efetuado em 30 (trinta) dias corridos contados da data do ateste da Nota Fiscal/Fatura pelo Fiscal do Contrato.

9.6. Acordo de nível de serviço

Não se aplica em razão do serviço ser de execução imediata.

9.7. Hipótese de glosa

Não se aplica.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (alínea “h”, inc. XXIII, art. 6º da Lei 14.133/2021)

10.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, nos termos do inciso II, do artigo 75, da Lei nº 14.133/2021.

11. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (alínea “i”, inc. XXIII, art. 6º da Lei 14.133/2021)

11.1. Com base nos valores apresentados em licitações realizadas por outros órgãos, obtidas em consultas ao site Banco de Preços e ao PNCP, estima-se preliminarmente o valor total global de R\$33.416,10 para esta contratação.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (alínea “j”, inc. XXIII, art. 6º da Lei 14.133/2021)

12.1. A adequação orçamentária será apresentada pela SOF, e posteriormente inserida neste documento após a indicação de recurso.

13. PRESTAÇÃO DE GARANTIA NA CONTRATAÇÃO (art. 96 a 102 da Lei nº 14.133/2021)

13.1. Tendo em vista tratar-se de contratação de pequeno vulto, por dispensa de licitação, entende-se que a exigência da garantia contratual pode onerar desproporcionalmente os preços ofertados, portanto não será exigida garantia contratual (caução) na presente contratação.

14. REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA (art. 67 da Lei nº 14.133/2021 / art. 30 do Provimento CSM nº 2.724/2023)

14.1 Qualificação Técnico-Profissional (inc. I, art. 67 da Lei nº 14.133/2021)

Não se aplica.

14.2 Qualificação Técnico-Operacional (inc. II, art. 67 da Lei nº 14.133/2021)

A empresa deverá comprovar qualificação técnico-operacional mediante apresentação de Atestado(s), fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) sua capacitação técnica e experiência na execução de serviços similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação.

14.3 Indicação de pessoal técnico (inc. III, art. 67 da Lei nº 14.133/2021)

Não se aplica.

15. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

15.1. A Contratada deverá observar as seguintes exigências:

- 15.1.1.** Possuir equipe de apoio para execução dos serviços;
- 15.1.2.** Utilizar materiais de qualidade que atendam às Normas Técnicas de recomendações dos fabricantes quanto à utilização e instalação;
- 15.1.3.** Manter limpo o local de trabalho, removendo todo o lixo resultante da execução dos serviços.
- 15.1.4.** Providenciar a cobertura apropriada do mobiliário e equipamentos sempre que necessário, visando à preservação contra partículas nocivas provenientes da execução dos serviços contratados.
- 15.1.5.** Responsabilizar-se pelo controle, supervisão e desenvolvimento dos trabalhos em andamento.
- 15.1.6.** Desenvolver e programar as tarefas de forma que não sejam criados obstáculos às atividades dos demais prestadores de serviço que estejam eventualmente trabalhando no prédio.
- 15.1.7.** Apresentar solução alternativa, em até 03 (três) dias úteis, que será previamente analisada e autorizada pelo Contratante, sem acréscimo no orçamento original, caso haja, durante o desenvolvimento dos serviços, alguma dificuldade que impossibilite tecnicamente a execução dos trabalhos.
- 15.1.8.** Reportar-se, durante a validade do contrato, ao Serviço de Administração do Prédio em que estiver prestando os serviços.
- 15.1.9.** Estar ciente de que o Contratante poderá, quando julgar necessário, exigir o respectivo certificado de qualidade dos componentes utilizados, relação dos fabricantes e respectivos endereços, comprovantes de compra, assim como seus tipos e características.
- 15.1.10.** Refazer de imediato, às suas exclusivas expensas, qualquer trabalho inadequadamente executado e/ou recusado pelo Contratante, sem que isso represente custo adicional.
- 15.1.11.** Manter seus funcionários devidamente uniformizados e identificados com crachá contendo foto, nome e número de registro, portado de maneira visível.

15.1.12. Comunicar e justificar ao Serviço de Administração do Prédio eventuais motivos de força maior que impeçam a realização dos trabalhos especificados.

15.1.13. Retirar dos serviços, imediatamente após o recebimento da correspondente solicitação, qualquer empregado que, a critério da fiscalização do Contratante, venha a demonstrar conduta nociva ou incapacidade técnica, substituindo-o imediatamente.

15.1.14. Elaborar, encaminhar e manter atualizada junto ao Serviço de Administração do Prédio a relação (nome, RG e horário de trabalho) de todos os funcionários, inclusive Engenheiros, responsáveis pela execução dos serviços.

15.1.15. Indenizar o Tribunal, em espécie ou valor correspondente, por quaisquer danos causados por seus funcionários nas instalações ou bens de propriedade do Tribunal.

15.1.16. Responsabilizar-se pelo sigilo de todas as informações a que tiver acesso em decorrência da prestação de serviços.

15.1.17. Toda alvenaria, acabamento e instalações afetados pela obra deverão ser reconstituídos, conforme padrão existente no local.

16. MATRIZ DE ALOCAÇÃO DE RISCO (arts. 22 e 103 da Lei nº 14.133/2021)

16.1. Não se aplica por se tratar de contratação de serviço com entrega única.